

A hegemonia americana em estudos organizacionais*

Sylvia Constant Vergara**

"Brasil, mostra a tua cara!"
Cazuza, compositor e cantor

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. O mapeamento da identidade nacional; 3. A produção brasileira em estudos organizacionais; 4. A produção científica brasileira de uma década (1989-98); 5. Desvendando os motivos para o uso das referências; 6. Sinalizando para razões históricas; 7. Para concluir.

PALAVRAS-CHAVE: referências; independência intelectual; identidade; sedução.

Este artigo visa demonstrar até que ponto a produção científica em estudos organizacionais no Brasil tem revelado independência intelectual tal que contribua para o autoconhecimento do país, o reconhecimento de sua identidade e, a partir daí, para seu autodesenvolvimento. Objetiva também apresentar motivos para a presença ou a ausência de tal independência. O artigo conclui que a produção científica demonstra a hegemonia dos EUA como referência para os autores brasileiros, mas percebe já uma certa busca de autonomia intelectual.

Uhegemony in organizational studies

This paper intends to show to what extent has the Brazilian scientific production on organizational studies shown independence, thus contributing to the country's self-knowledge, to the recognition of its identity, and, from that, to its self-development. It also presents de reasons for the presence or absence of independence. The paper concludes that the scientific production reveals the hegemony of the United States as a reference for Brazilian authors, but that there is already a certain search for intellectual autonomy.

* Artigo recebido em dezembro de 2000 e aceito em fevereiro de 2001.

** Professora da EBAP/FGV e coordenadora de cursos de educação continuada da FGV Management.

1. Introdução

Gilberto Freyre (1946) apontava a vocação do brasileiro para imitar. Sérgio Buarque de Holanda (1976) sinalizava que, por importar de outros países suas maneiras de viver, o brasileiro acabava por ser um desterrado em sua própria terra. Sílvio Romero (1943), por sua vez, afirmava que o brasileiro imitava o estrangeiro na vida intelectual. Guerreiro Ramos (1983) dizia que o Brasil adotou os modelos institucionais dominantes no mundo e justificava tal decisão como necessária para o país apropriar-se de requisitos que lhe permitissem evoluir.

O posicionamento destes e de outros pensadores leva a crer que o brasileiro vincula-se fortemente a determinadas correntes de pensamento, submete-se a ideologias ou deixa-se seduzir. Como resultado, perde clareza quanto aos interesses nacionais ou produz equívocos na formatação de sua realidade. Esta circunstância pode levá-lo a respostas inadequadas aos seus problemas ou a deixar de explorar as potencialidades que possui. Nesse contexto, assume relevância a produção científica em estudos organizacionais, supostamente legitimadora das práticas organizacionais. Até que ponto a produção científica em estudos organizacionais no Brasil tem revelado independência intelectual tal que contribua para o autoconhecimento do país, o reconhecimento de sua identidade e, a partir daí, para seu autodesenvolvimento? Que motivos podem ser identificados para a presença ou a ausência de tal independência? Responder a essas questões é o objetivo deste artigo.

O texto está estruturado em seis seções, além desta introdução. Na seção 2 argumenta-se sobre a necessidade de mapear a identidade nacional. A seção 4 resgata um tanto da produção brasileira dedicada à análise dessa produção. A quarta seção apresenta os resultados de pesquisa realizada na produção em estudos organizacionais referente à década 1989-98. A quinta explicita os motivos para os resultados apresentados pela pesquisa, segundo autores brasileiros. A seção 6 apresenta razões históricas para a hegemonia americana na produção científica brasileira. A última seção expõe as conclusões a que o estudo permitiu chegar.

2. O mapeamento da identidade nacional

Vivemos a época da globalização econômica, da liberalização de mercados e da mundialização de símbolos. Aparentemente, não há por que falar de identidade nacional. No entanto, crê-se que isso é relevante porque países e organizações têm contornos, relações internas e externas, limitações e potencialidades que os distinguem de outros (Hofstede, 1984; Motta & Caldas, 1997). Assim, seus valores, cultura, história, interesses e tradução da realidade precisam ser reconhecidos. Se tal não se der, é bem possível que eles se tornem incapazes de

lidar com as dificuldades que os envolvem, submetam-se à dominação de outros grupos sociais ou se prendam a caminhos temáticos, teóricos e metodológicos já conhecidos. É preciso reconhecer, no novo processo cultural que se constrói com a globalização, o que Habermas (1984) identifica como reprodução social, na qual expressões de si mesmo são retratadas nos atos comunicativos.

Lima Barreto (1983), romancista, no começo do século XX apresenta seu personagem Policarpo Quaresma, nacionalista extremado que denuncia a mentalidade preconceituosa e europeizante da classe média sobre a miséria do subproletariado, e advoga para o Brasil a refutação a toda e qualquer ingenuidade estrangeira, a tal ponto que o brasileiro deveria adotar como sua língua o tupi-guarani, dos indígenas que compuseram as três raças formadoras da nação brasileira. Era, sem dúvida, uma proposta radical, mais para alienante do que voltada para a conscientização dos brasileiros de seu estar no mundo, nos termos heideggerianos.

Radicalismos à parte, é preciso, todavia, mapear a identidade nacional e, nesta busca, espera-se da academia uma produção científica que descreva não apenas resultados de pesquisa, mas visão crítica da realidade. Nesse sentido, assume importância a dependência ou a independência dos autores brasileiros em relação a outros autores que utilizam para viabilizar sua análise. As conclusões a que chegam estão, certamente, influenciadas pelas referências teóricas que lhes dão sustentação.

Houve época em que, aprisionada pelo positivismo, a academia acreditou que qualquer crença, modelo mental, situação ou organização poderia ser tratada como universal. Foram negligenciadas considerações sobre as diferenças sociais do e no país no qual as organizações estão instaladas. No entanto, nos termos encaminhados por Alvesson e Willmott (1996), Chanlat (1993), Giddens (1989), Reed (1984) e tantos outros, parece justo afirmar que, embora existam aspectos universais, há também diferenças de país para país, de organização para organização, logo, mapear sua identidade é tarefa que se impõe. A produção brasileira em estudos organizacionais tem seguido essa direção?

3. A produção brasileira em estudos organizacionais

Não são poucos os autores brasileiros que se têm debruçado sobre o que é produzido no Brasil na área de organizações. Machado-da-Silva et alii (1990), por exemplo, ao asseverarem que o desenvolvimento de um campo de conhecimento pode ser avaliado observando-se sua produção mais recente, analisaram artigos na área de organizações no período compreendido entre 1985 e 1989, classificando-os por assunto e tema. Uma das conclusões a que chegaram foi a de que a predominância do enfoque prescritivo sobre o analítico nos artigos estudados revela que o conhecimento científico na área de organizações, no Bra-

sil, encontrava-se bastante prejudicada. Pode-se, daí, inferir que lhe faltava visão crítica da realidade.

Rodrigues e Carrieri (2000), por seu turno, analisaram a evolução dos estudos organizacionais no Brasil, no período compreendido entre 1990 e 1999, para identificar os temas eleitos como relevantes. Concluíram que epistemologia tem sido o preferido, seguido de cultura organizacional. O método mais utilizado tem sido o estudo de caso.

Na mesma direção de Machado-da-Silva estão as conclusões de Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), ao avaliarem a produção científica em administração de empresas, tomando como fonte de informações as opiniões de renomados pesquisadores no Brasil. Eles concluem que aquela produção é de inclinação funcionalista. E mais: adota como referências autores americanos de foco gerencialista e qualidade duvidosa, o que resulta numa qualidade também duvidosa da produção brasileira.

O desequilíbrio entre o que se produz fora e dentro do Brasil foi percebido por Bertero e Keinert (1994). Eles analisaram a produção da *Revista de Administração de Empresas* no período compreendido entre 1961 e 1993. Concluíram que os estudos têm-se mostrado indissociáveis dos modelos americanos. Dado que tais estudos subsidiam o ensino, pode-se facilmente inferir que as discussões em sala de aula divorciam-se da realidade de uma economia em desenvolvimento, como a brasileira.

As conclusões de Bertero e Keinert remetem a Boyacigiller e Adler (1991), cujo artigo foi publicado nos EUA. Essas autoras denunciam a existência de um paroquialismo nas pesquisas acadêmicas, baseado no desconhecimento de outros caminhos. O contexto global de tais investigações é apresentado por elas como dominado pelas questões americanas, a despeito das significativas divergências existentes entre aquela realidade e as demais.

Tem-se, então, como alertado por Vergara e Pinto (2000), um contexto de empobrecimento. De um lado, países que não os EUA deixam de enriquecer-se com suas próprias descobertas. De outro, os EUA deixam de enriquecer-se com os subsídios que outros países poderiam fornecer às suas pesquisas. Ainda que se argumente que renomadas revistas americanas têm publicado trabalhos provenientes de outros países, sobretudo os asiáticos, ainda assim há de reconhecer-se que os EUA identificam como válidos apenas os métodos por eles construídos e, hegemonicamente, definem regras de publicação e parâmetros de aceitação.

Boyacigiller e Adler (1991) apresentam dados que atestam o volume desproporcional da produção acadêmica dos países ricos, EUA à frente, quando comparada com a daqueles que abrigam mais de 2/3 da população mundial. Não é surpresa, portanto, a proposta de Jeffcut (1994) para a acentuação da pluralidade nos estudos organizacionais, nem estranha a afirmação de Guerreiro Ramos (1983) de que a imitação daquilo que é estrangeiro, por parte

dos países marginais do capitalismo, deveria ser motivo de preocupação dos interessados em formar uma administração mais contextualizada.

Pesquisa desenvolvida por Hemais e Vergara (2000) sobre os traços lingüísticos das citações em estudos organizacionais, além de revelar a predominância de referências americanas, conclui que os autores brasileiros tendem a não privilegiar a instância argumentativa sobre o que ou quem está sendo mencionado, o que pode explicar a facilidade com que o brasileiro importa modelos gerados em outras sociedades, notadamente a americana.

Vergara e Carvalho Jr. (1995), por seu turno, realizaram pesquisa para verificar o grau em que a produção científica brasileira sobre organizações se apóia na literatura estrangeira, bem como levantar as principais razões para a utilização desse referencial. Motivou-os a crença de que as referências bibliográficas utilizadas por um autor são seus suportes teóricos de argumentação, revelam suas preocupações, preferências e suposições e podem ser indicadores da importância por ele atribuída à produção científica e ao contexto brasileiro, bem como de seu condicionamento a outras culturas que não a brasileira. Como resultado, o conjunto de referências bibliográficas utilizadas pelos autores brasileiros pode revelar, em maior ou menor grau, sua busca por uma análise organizacional sintonizada (ou não) com a sociedade na qual é gerada.

A pesquisa focalizou o período compreendido entre 1989 e 1993. Elegeu quatro fontes representativas da produção brasileira como a amostra da investigação, de natureza bibliográfica: *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração* (Enanpad), *Revista de Administração de Empresas* (RAE), da FGV-São Paulo, *Revista de Administração Pública* (RAP), da FGV-Rio, e *Revista de Administração* (Rausp), da Universidade de São Paulo.

Vergara e Carvalho Jr. (1995) concluíram que a produção científica brasileira na área de organizações estava fortemente apoiada em referencial estrangeiro, sobretudo americano e, em menor destaque, francês, inglês, alemão e canadense. Em artigo posterior (1996), externaram suas inquietações em relação às conclusões da pesquisa mencionada, abordando conseqüências que uma produção atrelada a outras realidades pode acarretar para a área receptora na busca de sua identidade.

A situação constatada por Vergara e Carvalho Jr. persiste? Inquietos por verificar tal persistência, Vergara e Pinto (2000) decidiram dar continuidade à pesquisa de Vergara e Carvalho Jr. (1995). Ela é apresentada a seguir.

4. A produção científica brasileira de uma década (1989-98)

Vergara e Pinto (2000) privilegiaram os cinco anos que se seguiram àqueles focalizados na pesquisa de Vergara e Carvalho Jr., isto é, destacaram o perío-

do compreendido entre 1994 e 1998. Sempre que pertinente, compararam os dados obtidos em ambos os períodos. O resultado foi a apresentação de dados referentes a uma década (1989 a 1998), no que concerne ao levantamento das nacionalidade dos autores referenciados pelos autores brasileiros de estudos organizacionais.

Conforme pode ser visto na tabela 1, os dados revelam que as referências americanas aumentaram levemente de um período para o outro (de 31,88% para 33,62%). Desta forma, continuam sendo as mais citadas, predominando, portanto, na década considerada (33,09%). A hegemonia está mantida.

Pais	1989-93	1994-98	1989-98
EUA	31,88	33,62	33,09
Brasil	21,70	30,90	28,12
Inglaterra	5,49	6,94	6,51
França	5,70	5,17	5,32
Alemanha	3,80	2,38	2,80
Canadá	2,44	2,39	2,41

Às referências americanas seguem as brasileiras, que aumentaram significativamente (de 21,70% para 30,90%). A manutenção da hegemonia americana e o aumento das referências brasileiras podem sinalizar para a coloração, com tintas brasileiras, de idéias importadas, agregadas às que são originais do Brasil, ou a busca de sintonia com a realidade na qual os estudos organizacionais são produzidos. De todo modo, as referências brasileiras permanecem em segundo lugar na década (28,12%).

A seguir vêm as referências inglesas (considerando-se como tais as que dizem respeito à Grã-Bretanha) e as francesas. No entanto, referências inglesas aumentaram no segundo período (de 5,49% para 6,94%) e as francesas diminuíram um pouco (de 5,70% para 5,17%), provocando a troca de posição entre si. Na década, portanto, referências inglesas (6,51%) são mais numerosas que as francesas (5,32%).

Em seguida vêm as referências alemãs e as canadenses, que diminuíram. As alemãs passaram de 3,80% para 2,38%, e as canadenses de 2,44% para 2,39%. Além de ambas terem diminuído, a posição entre elas mudou. Na década, a Alemanha responde por 2,80% das referências e o Canadá por 2,41%.

Tais alterações de posição, que podem ter ocorrido por variação estatística aceitável, não são tão importantes quanto a constatação de que as ordens de grandeza não se modificaram ao longo de toda uma década. As referências alemãs, praticamente desconhecidas, são, quase sempre, atreladas a expoentes clássicos, tais como Max Weber e Karl Marx ou a expoentes mais recentes, como Jürgen Habermas.

Resumindo, os resultados da pesquisa referente ao período 1989-93 demonstram que as participações americana e inglesa aumentaram, a francesa, a alemã e a canadense diminuíram, bem como a dessas cinco nacionalidades em relação às demais referências estrangeiras. A década, contudo, apresenta as mesmas características: predomínio das referências americanas em relação às estrangeiras e predomínio das referências americanas, inglesas, francesas, alemãs e canadenses (reunidas), quando comparadas às demais estrangeiras.

5. Desvendando os motivos para o uso das referências

Quais os motivos que levam aos resultados da pesquisa de Vergara e Pinto? Na busca de respostas para essa indagação foram ouvidos professores universitários, autores dos artigos alvo da pesquisa. Foi-lhes enviado via *e-mail* um questionário fechado com seis perguntas, cada uma delas com quatro opções. Eles deveriam ordenar a resposta por preferência. Além disso, foi-lhes dada a oportunidade de acrescentar algum outro motivo. Dos professores solicitados a responder ao questionário, 34% o fizeram, constituindo, assim, a amostra. Na tabela 2 estão apresentadas as médias de cada opção em cada pergunta e os desvios-padrão. Quanto mais próxima de 1, mais esta opção foi escolhida como a que melhor responde à pergunta.

A primeira pergunta referia-se aos motivos para a predominância de referências estrangeiras em relação às brasileiras. A percepção predominante é a de que tal se dá por conta da maior variedade de fontes estrangeiras à disposição. Segue-se-lhe, nessa ordem: maior prestígio das fontes estrangeiras no mundo acadêmico, não-equivalência entre o padrão de qualidade das fontes estrangeiras e o das brasileiras e maior sintonia das fontes estrangeiras com os problemas do mundo globalizado

A segunda pergunta dizia respeito às razões para o aumento das referências brasileiras quando se comparam os períodos 1989-93 e 1994-98 (de cerca de 21% para 31%). Embora as médias estejam muito próximas, há predominância na escolha das opções que apresentam a facilitação do acesso às fontes brasileiras, devido, por exemplo, à difusão de meios eletrônicos, bem como a que afirma ter havido maior preocupação por parte dos pesquisadores com temas brasileiros. A seguir, os respondentes consideraram que a qualidade das fontes brasileiras melhorou e, por fim, escolheram a opção segundo a qual a alteração nos percentuais não é suficiente para perceber-se qualquer tendência.

Tabela 2				
Médias e desvio-padrão das respostas ao questionário				
Pergunta	Opção	Média	Desvio-padrão	Outros motivos
1	A	1,7	0,6	
	B	3,0	0,9	
	C	2,2	1,3	
	D	3,2	1,9	Acesso às publicações por intermédio de <i>search bank</i>
2	A	2,2	0,7	
	B	2,6	1,0	
	C	2,2	1,2	
	D	3,0	1,4	
3	A	2,2	0,9	
	B	2,9	0,8	
	C	2,8	1,3	
	D	1,9	1,3	
4	A	3,3	1,0	
	B	1,6	0,9	
	C	3,0	0,8	
	D	2,2	0,9	
5	A	2,2	0,6	
	B	3,1	0,6	
	C	3,7	0,6	Pouca familiaridade com o idioma espanhol
	D	1,1	0,3	Pouca integração entre o Brasil e os demais países da América Latina
6	A	3,7	0,5	
	B	2,6	0,9	Baixa qualidade das citações dos brasileiros
	C	1,8	0,8	Certa identificação com autores franco-canadenses que estão à margem da <i>mainstream</i>
	D	1,7	0,9	Vínculos pessoais de autores estrangeiros com instituições

A terceira pergunta tratava dos motivos para a hegemonia das referências americanas frente às demais estrangeiras, ao longo de toda a década. A opção que apontava a inércia dos pesquisadores brasileiros obteve maior votação como justificativa do fato, seguida daquela que dizia ser a fonte americana de maior confiabilidade e acesso. Seguem-se-lhe, nessa ordem: fora dos EUA, os demais países fornecem apenas contribuições marginais ou relativas a temas específicos, e há aproximação entre os temas abordados pelos autores brasileiros e os pesquisadores estrangeiros. No entanto, pesquisa de Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) concluiu que nem sequer pesquisadores brasileiros em administração de empresas escolhem bem as fontes americanas, privilegiando autores cujas obras são mais próprias às livrarias de aeroporto do que às bibliotecas universitárias.

A quarta pergunta referia-se às razões para o uso das referências em língua inglesa (EUA, Inglaterra e Austrália), que alcançaram mais de 75% do total das referências estrangeiras, enquanto as francesas e as canadenses (publicadas em francês), juntas, não alcançaram 15% do total, as alemãs ficaram abaixo de 5% e as de países asiáticos e africanos terem sido praticamente inexistentes. A resposta predominante foi que o inglês é a língua estrangeira mais conhecida pelos pesquisadores brasileiros, seguida da afirmação de que existe maior variedade de textos no idioma inglês do que em outros. Sem dúvida, há de admitir-se, isso confere um certo viés às pesquisas. As opções seguintes foram: os autores mais importantes no mundo da administração estão nos EUA ou na Inglaterra e existem laços históricos que aproximam pesquisadores brasileiros de textos e autores americanos e ingleses.

A quinta pergunta dizia respeito aos motivos para a omissão das fontes latino-americanas. A principal resposta foi que não existe o hábito de pesquisadores brasileiros procurar por elas. Seguem, pela ordem: as fontes latino-americanas não estão suficientemente difundidas nos meios eletrônicos, ainda não têm o padrão de qualidade das demais fontes estrangeiras e os interesses dos autores dos países latino-americanos não têm proximidade com os dos brasileiros.

A última pergunta dizia respeito a uma particularidade constatada por Vergara e Pinto: algumas referências estavam intimamente associadas a autores específicos. Sem eles, é possível inferir que países como o Canadá, Austrália, Áustria e Holanda seriam praticamente ignorados. Para explicar esse fenômeno, autores brasileiros apontam o raro conhecimento de publicações de outros autores desses países, bem como conhecimento prévio por parte dos autores brasileiros da qualidade dos textos dos autores referenciados, o que os leva a, desde logo, procurá-los. A seguir, vieram as opções: os autores tratam de tema de interesse direto dos autores brasileiros e nada há de especial que possa ser observado nessa particularidade.

Resumindo, as respostas indicam a recorrência do domínio da língua inglesa, da maior quantidade e confiabilidade de referências americanas à

disposição do pesquisador brasileiro e a inércia do pesquisador brasileiro em buscar outras referências como as principais justificativas para a hegemonia americana no conjunto das referências. Quando tal inércia não acontece, um ou poucos autores de outras nacionalidades são focalizados, alguns dos quais com obras traduzidas para o inglês. Por outro lado, parece que a maior facilidade de acesso a fontes brasileiras justifica o aumento das referências dessa nacionalidade.

Os resultados aqui apresentados não são conclusivos, o que leva a crer que outros esforços devem ser feitos no sentido de melhor entender as motivações que levam tantos e tão bons estudiosos brasileiros a ignorar, em seus trabalhos, as referências dos países citados, bem como a usar com tamanha opulência as referências americanas. As conclusões a que chegam em suas pesquisas estão, certamente, influenciadas pelos modelos mentais dos pesquisadores referenciados. Sem dúvida, razões históricas existem para isso. Sinalizar para algumas delas é o que se fará a seguir.

6. Sinalizando para razões históricas

Tota (2000) publicou uma obra na qual designa a hegemonia americana como “imperialismo sedutor”. Busca a origem de tal sedução e a encontra na II Guerra Mundial.

Alemanha e EUA disputavam a adesão do Brasil. O primeiro, com a bandeira do conservadorismo; o segundo, com a da modernização, vista até mesmo por Monteiro Lobato como a saída para o nosso atraso. O país americano decidiu-se, então, por uma “política de boa vizinhança”, na verdade uma fábrica de ideologia, capaz de americanizar o Brasil. À frente, do lado de lá, o presidente Franklin Delano Roosevelt e o empresário Nelson Rockefeller; aqui, o presidente Getúlio Vargas. Foi criado o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, que guindou Rockefeller para o interior da política de Roosevelt, como coordenador da agência.

Rockefeller tinha certeza de que o sucesso no campo econômico necessitava de uma base sólida no campo ideológico e para tanto não poupou esforços. A divisão de comunicações da agência difundia informações positivas sobre os EUA, convencendo os brasileiros de que os americanos sempre tinham sido amigos do Brasil, contra-atacava a propaganda do Eixo e difundia, nos EUA, uma imagem favorável das “outras Américas”, especialmente, do Brasil.

Tota desfralda uma série de estratégias utilizadas. Interessante, por exemplo, quando remete o leitor para a famosa revista *Seleções do Reader's Digest*, que conseguiu o aplauso de Afrânio Peixoto, intelectual brasileiro, feliz por ter uma revista que já “digeria” para o leitor brasileiro um texto americano. Tota alerta, ainda, para a criação e o uso de elaborados sistemas de informação, para a utilização de todos os ramos de comunicação de massa, notada-

mente o rádio e o cinema, e para o intercâmbio de professores universitários e de estudantes. Brasileiros e outros latino-americanos iam para os EUA, naturalmente tendo noções de inglês, e também recebiam em seus países treinamento vocacional dado por americanos. O ensino do inglês passou a constar dos currículos oficiais do Brasil. Americanos, por seu turno, em certo momento tiveram de aderir ao cafezinho brasileiro, numa bem-montada contrapartida de Vargas.

Evidentemente, não foram poucas as críticas ao “imperialismo americano”, vindas, sobretudo, de adeptos da corrente marxista. Tavares (1980), por exemplo, denuncia a infiltração americana em nossa educação, tornada possível graças à colaboração de brasileiros identificados com os interesses dos EUA. Gunther Frank (1967) falaria em “lumpen-burguesia”.

Tavares arrola inúmeros programas de assistência técnica norte-americana, como o Ponto IV, a Lei nº 480/54, o Fulbright, o *Foreign Assistance Act* e os acordos celebrados entre o Brasil e os EUA. Apresenta a Sudene como colaboradora no desenvolvimento dos programas e o Bird como financiador. Relaciona assistências técnicas diretas, como a da Ohio State University à Universidade de São Paulo. Analisa as ações do Pabaaee, de tanta influência no professor do ensino fundamental. Contudente, porém, é a denúncia de Tavares sobre os acordos MEC/Usaid. Para o autor, os objetivos da política americana no Brasil “prendem-se à realização de tarefas de espoliação econômica e de deformação ideológica da consciência nacional, através de esforço continuado na formação de novas gerações” (Tavares, 1980:15). Tavares não deixa de ressaltar, contudo, a existência de resistências a esse estado de coisas, ainda que esporádicas, desorganizadas e destituídas de planos alternativos, por parte de estudantes e de professores, o que acabou por levar ao insucesso alguns projetos americanos.

Os textos de Tota e de Tavares remetem às palavras de Lima Barreto, introduzidas pelo próprio Tota (2000:9): “A fascinação do modelo estrangeiro (...) entra em algum grau na formação de qualquer sociedade, mas, para ser útil e progressiva, não deve substituir inteiramente o modelo próprio e ancestral”. Os textos remetem também à seguinte reflexão: uma semente só germina se o solo for fértil. Se os EUA conseguiram com tanto sucesso seduzir ou “ideologizar” o brasileiro, é porque tal sedução ou tal ideologia fazia algum sentido para o Brasil. Mas vale aqui um alerta: como Tota (2000:193), há de admitir-se que “Um povo não aceita todos os elementos culturais do outro, mas apenas uma parte, e, mesmo assim, dando a eles novos sentidos. Essa assimilação envolve, portanto, uma escolha e uma recriação”.

7. Para concluir

Este artigo se propôs a buscar respostas para as seguintes questões: até que ponto a produção científica em estudos organizacionais no Brasil tem revela-

do independência intelectual tal que lhe facilite o autoconhecimento, o reconhecimento de sua identidade e, a partir daí, seu autodesenvolvimento? Que motivos podem ser identificados para a presença ou a ausência de tal independência?

À primeira vista estas questões podem parecer um fechamento a pesquisas realizadas em outros espaços sociais. Não é verdade. Apenas se crê que, embora insumos de outras sociedades sejam relevantes, torna-se necessária uma independência intelectual que permita ao país ser livre para criar-se e recriar-se pela identificação de seus anseios, necessidades, interesses, modos de vida e modelos mentais.

Motivou o artigo, portanto, a crença de que um país tem limitações, potencialidades e peculiaridades que o distinguem de outro, assim como as organizações. Autoconhecer-se é fundamental não só para que ele possa reconhecer-se nesse mundo globalizado, mas para que possa alcançar seu desenvolvimento. Nesta tarefa, a produção intelectual assume relevância, na medida em que o grau de sua independência é revelador do quanto se submete a ou se decide por culturas que não lhe pertencem, num processo de acomodação e ausência de espírito crítico ou, ao contrário, do quanto cria novos caminhos e recria os já conhecidos. Mesmo que se considere a existência de organizações além-fronteiras, ainda assim é preciso liberdade intelectual para reconhecer a identidade e a diferença, de modo que se possa compreender o novo processo cultural que se constrói.

Na busca de indicadores da independência intelectual, optou-se por apresentar uma pesquisa realizada sobre as referências utilizadas nos artigos publicados nas principais revistas de administração do Brasil. Admitiu-se que tais referências são os suportes teóricos de argumentação dos autores, revelam suas preferências e podem indicar não só a importância que esses autores atribuem a outros, como sua sintonia com a sociedade na qual suas obras são geradas, além de sinalizar para seu condicionamento a outras culturas.

Pesquisa anterior já tinha realizado esse esforço de identificação para o período compreendido entre 1989 e 1993. A que aqui foi apresentada dá-lhe continuidade, enfocando o período compreendido entre 1994 e 1998, oferecendo, assim, a oportunidade de revelar a nacionalidade das referências em estudos organizacionais no Brasil durante uma década.

Algumas conclusões são, então, facilmente perceptíveis. A primeira é a predominância das referências estrangeiras em relação às brasileiras. Uma das razões para tal resultado é, sem dúvida, a comparação do número de referências de um país com os de diversos países, o que corrobora a justificativa dos autores brasileiros, segundo os quais há maior variedade de fontes estrangeiras à disposição dos pesquisadores brasileiros.

Outra conclusão, e bastante óbvia, é que, das referências estrangeiras, as de origem americana são as mais utilizadas, em cada período estudado e, em consequência, nos 10 anos somados. Seu peso em relação às demais referências estrangeiras aumentou, se considerados os dois estudos, o que pode significar que os autores brasileiros sentem-se confortáveis na sua utilização,

buscando-as desde logo, até porque a língua inglesa é dominada pela maioria dos pesquisadores brasileiros, não se dando o mesmo em relação a outros idiomas. O ensino do inglês nos currículos oficiais do Brasil pode explicar tal domínio.

Pesquisa posterior buscou desvendar os motivos para a hegemonia americana em estudos organizacionais. Se autores dos artigos analisados apontaram a “inércia dos pesquisadores brasileiros” e “a maior confiabilidade e possibilidade de acesso a fontes americanas” como as razões maiores, recorrências históricas apontam a sedução americana via intercâmbios culturais e o uso opulento da comunicação de massa como grandes contribuintes.

Outra constatação é que referências inglesas e francesas têm seu espaço, mais aquelas do que essas, assim como as canadenses, apesar de seu peso ter-se reduzido. Supõe-se que as ligações dos pesquisadores brasileiros com estes três países (Grã-Bretanha, França e Canadá) não sejam desprezíveis, ainda que estejam longe de representar qualquer ameaça à hegemonia dos EUA. Por outro lado, a pouca utilização de referências alemãs pode ser explicada pela reduzida afinidade dos pesquisadores brasileiros com a língua germânica. Tal como no jogo da II Guerra Mundial pela conquista do Brasil, também aqui a Alemanha perdeu para os EUA.

Demais países relevantes, como o Japão, por ser a segunda maior economia do mundo, ou os latino-americanos, por sua proximidade e afinidade com o Brasil, não passam de uns poucos casos isolados. Pesquisadores brasileiros não têm o hábito de procurar por referências latino-americanas. O mesmo pode ser dito de referências relacionadas a países não tão distantes, seja por seus hábitos, seja pelos idiomas, tais como Espanha e Itália, ambos praticamente ignorados.

Há presença bem maior de referências brasileiras. Argumenta-se que a difusão de meios eletrônicos facilitou o acesso a essas fontes, bem como houve maior interesse dos pesquisadores por temas brasileiros. Entende-se ser o aumento de referências brasileiras um indício de que alguma independência intelectual está caracterizando a produção científica brasileira em estudos organizacionais. O brasileiro busca não ser desterrado em sua própria terra. Mesmo que se considere o não-privilegiamento de instância argumentativa como prática de pesquisadores brasileiros, ainda assim é possível inferir alguma independência intelectual, capaz de lidar com a hegemonia americana, recriando-a. Por outro lado, a maior vinculação a referências brasileiras pode ser um sinal de que a qualidade está-se aprimorando, quando comparada com a de outros países, a despeito de que tal qualidade não tenha sido percebida por alguns estudiosos brasileiros. O aumento de referências brasileiras pode também revelar maior associação entre pesquisa e realidade nacional.

Se as pesquisas aqui expostas revelam a hegemonia americana em estudos organizacionais e os motivos pelos quais tal se dá, as pesquisas também sinalizam para uma certa busca de independência intelectual. Até onde o estudo aqui apresentado permite inferir, o Brasil está buscando mostrar a sua cara.

Referências bibliográficas

- Alvesson, Mats & Willmott, Hugh. *Making sense of management: a critical introduction*. London, Sage, 1996.
- Barreto, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Ática, 1983.
- Bertero, Carlos Osmar; Caldas, Miguel Pinto & Wood Jr., Thomaz. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*. Anpad, 3(1), 1999.
- & Keinert, Tânia M. M. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-93). *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, FGV, 36(3), 1994.
- Boyacigiller, Nakiye A. & Adler, Nancy J. The parochial dinosaur: organizational science in a global context. *Academy of Management Review*, 16(2), 1991.
- Chanlat, Jean-François. *O individuo nas organizações: dimensões esquecidas*. São Paulo, Atlas, 1993.
- Frank, Gunther. *Sociologia do desenvolvimento e desenvolvimento da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1946.
- Giddens, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- Habermas, Jürgen. *The theory of communicative action*. Boston, Beacon Press, 1984.
- Hemais, Barbara & Vergara, Sylvia Constant. *A cultura anglo-americana na produção científica brasileira: um estudo de intertextualidade de trabalhos em estudos organizacionais*. Enanpad, 2000.
- Hofstede, Geert. The cultural relativity of the quality of life concept. *Academy of Management Review*, 9(2), 1984.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
- Jeffcut, P. The interpretation of organization: a contemporary analysis and critique. *Journal of Management Studies*, 31(2), 1994.
- Machado-da-Silva, Clovis; Cunha, Vera Carneiro & Amboni, Nário. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica do Brasil. Encontro Anual da Anpad, 14. *Anais..* Belo Horizonte, 1990. v. 6.
- Motta, Fernando C. Prestes & Caldas, Miguel P. (orgs.). *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo, Atlas, 1997.
- Ramos, Alberto Guerreiro. *Administração e contexto brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 1983.
- Reed, M. Management as a social practice. *Journal of Management Studies*, 21(3), 1984.

- Rodrigues, Suzana Braga & Carrieri, Alexandre de Pádua. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. Encontro de Estudos Organizacionais, 1. *Anais...* Curitiba, 2000.
- Romero, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.
- Tavares, José Nilo. Educação e imperialismo no Brasil. *Revista Educação e Sociedade — Cedes*. São Paulo, Cortes, Autores Associados, (7), set. 1980.
- Tota, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- Vergara, Sylvia Constant & Carvalho Jr., Dourival de Souza. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. Encontro Anual da Anpad, 19. *Anais...* João Pessoa, 1995. v. 6.
- & ———. Refletindo sobre as possíveis conseqüências da análise organizacional apoiada em referências estrangeiras. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 30(6), nov./dez. 1996.
- & Pinto, Mario Couto Soares. Nacionalidade das referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira. Encontro de Estudos Organizacionais, 1. *Anais...* Curitiba, 2000.